

---

## DISCUTINDO A PESQUISA PARTICIPANTE\*

Nicanor Palhares Sá\*\*

### INTRODUÇÃO

As propostas de mudança no conteúdo do conhecimento disponível, nos procedimentos para sua investigação ou exposição são tão antigas quanto a própria existência do conhecimento sistemático. Verifica-se que, historicamente, essas propostas ora tornam-se norma de conduta de uma certa época ou grupo, ora são completamente ignoradas por seus contemporâneos ou pelas gerações subseqüentes. Em um caso termina sendo uma necessidade real de renovação, em outro, apenas veleidades individuais em nada correspondendo às necessidades humanas concretas. Essas ondas de renovação do processo de produção e reprodução do conhecimento podem relacionar-se a movimentos correspondentes de renovação do próprio processo de produção da existência humana, como movimento de apropriação do mundo real.

Sempre que surge uma contraproposta às existentes, faz-se necessário indagar sobre a natureza dos conteúdos e procedimentos novos veiculados. Cumpre verificar suas motivações, sua estrutura inovadora, e, sobretudo, o quanto relaciona-se às necessidades coletivas reais da época para a qual foi pensada, vale dizer, se o movimento de transformação que se propõe a nível de conhecimento corresponde ao movimento real e concreto. Tal correspondência precisa existir pelo menos implícita e potencialmente nas relações existentes. Neste caso,

\* Documento apresentado para debate no Seminário Nacional de Pesquisa Participativa, realizado pelo INEP, em Brasília, no período de 14 a 16 de março de 1984.

\*\* Pesquisador do INEP.

referindo-se ao futuro, como devir, precisa estar relacionada, mesmo que de modo subalterno, ao presente.

A pesquisa participante é comumente apresentada como movimento de transformação do conhecimento disponível e dos procedimentos para sua aquisição, implicando transformações desde o sujeito cognoscente ao objeto a ser conhecido. Algumas questões, contudo, merecem serem postas de modo a esclarecer o real estatuto da pesquisa participante:

- a) em que medida a pesquisa participante corresponde a movimento científico renovador?
- b) qual a relação desse movimento (científico) com movimentos sociais básicos?

### TENTATIVAS DE APROXIMAÇÃO: SUJEITO E OBJETO

Ao se falar em pesquisa participante, não se encontra unidade no significado relativo a métodos, técnicas, concepção teórica, política e mesmo aos fins colimados. Há uma variedade de atributos em todos esses aspectos e, freqüentemente, apresentam-se de forma combinada atributos oriundos de propostas de outros contextos científicos e filosóficos. O que mais comumente se encontra sob a designação de pesquisa participante, confunde-se, às vezes, com a pesquisa-ação e a observação participante.

A pesquisa-ação surge, nas décadas de 30 e 40, a partir da tentativa de solução de questões específicas de determinados grupos sociais, como relações inter-raciais, problemas de guerra ou de relações humanas. São grupos sociais considerados dotados de comportamento fora da norma dominante nos países centrais e que necessitam

ser estudados, de forma a integrá-los e evitar uma fonte permanente de conflitos. Desde a sua origem há uma tentativa de superar a distância entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, aproximando o pesquisador do grupo pesquisado e persuadindo-o à colaboração. Constitui já um sinal importante de discrepância com a concepção positivista, para a qual o distanciamento é uma regra básica para se assegurar a neutralidade e a objetividade na pesquisa.

A **observação participante** tem sido considerada uma técnica do trabalho de campo. Embora conhecida há muito tempo, anterior mesmo ao surgimento da Antropologia, adquire caráter sistemático com a consolidação desta no quadro do funcionalismo. Sua contribuição principal refere-se ao processo sistemático de coleta de dados pois, até então, os estudos existentes baseavam-se em informações coletadas por amadores ou via informantes. Em ambos os casos, as possibilidades de distorções eram notórias, além da dificuldade de captar-se significados culturais referentes aos processos de articulação dos elementos particulares enquanto partes da totalidade. As noções de totalidade, estrutura ou sistema e articulação passam a constituir preocupação central na pesquisa antropológica. Apesar da inovação técnica e, em certa medida, metodológica, a pesquisa em Antropologia continua marcada fundamentalmente pelo positivismo.

“Na pesquisa de campo, como acabamos de dizer, o etnólogo tem o dever e a responsabilidade de estabelecer todas as leis e regularidades que regem a vida tribal, tudo o que é permanente e fixo; apresentar a anatomia da cultura e descrever a constituição social<sup>1</sup>”.

“Munido do maior número possível de dados sobre os fatos observados, o pesquisador estaria então em condições de fazer as inferências, através da indução<sup>2</sup>”.

“A concepção desta fase na Antropologia é ético-metodológica, na medida em que se recomenda como não-próprio do método

científico a ação transformadora, pois o pesquisador deve apreender os fatos tal qual se manifestam. Essa postura ético-metodológica funda-se na reafirmação da imparcialidade e objetividade do pesquisador<sup>3</sup>”.

A crença na imparcialidade repõe em questão a função social das ciências, pois por que conhecer aquilo que não deve ser transformado? Ou se acredita que a ciência tem um caráter contemplativo, ou se pretende conhecer para preservar sua forma própria de desenvolvimento.

Há que se reconhecer que o refinamento dos instrumentos permitiram a ampliação do conhecimento sobre as formas tribais de organização humana, destruindo mitos e preconceitos estabelecidos muitas vezes ingenuamente pelos brancos. No entanto, é igualmente verdadeira a insuficiência não apenas técnica, mas na escolha do objeto – formas consideradas marginais de organização humana – como postura eticamente superior das ciências.

A observação participante aproxima o pesquisador do objeto de pesquisa, aperfeiçoando o processo de apropriação de conhecimento, ao mesmo tempo em que reproduz a questão da subordinação à racionalidade positiva.

Em princípio, tanto a pesquisa-ação como a observação participante mantêm a distinção entre sujeito e objeto, apesar da tentativa em aproximá-los.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 29.

\* Ignorar o caráter globalizante das sociedades industriais contemporâneas que tendem a reduzir o espaço autônomo de formas sociais distintas é permitir que tal transformação ocorra segundo interesses mais irracionais e devastadores. Esses estudos não funcionam praticamente como picadas através das quais os interesses econômicos penetram e dominam? A imparcialidade não seria no fundo cumprimento?

<sup>1</sup> MALINOWSKI, Bronislaw K. *Argonautas do pacífico ocidental*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, p. 24-5.

## PESQUISA PARTICIPANTE

A pesquisa participante ou participativa incorpora a crítica às concepções positivistas predominantes, algumas técnicas da pesquisa-ação e observação participante, de modo a destruir a separação entre sujeito e objeto da pesquisa. Na sua versão mais radical transforma-se, enquanto concepção teórica, em autoconhecimento.

### Natureza e Objetivos

Os objetivos da pesquisa participante ligam o conhecimento ao poder, o conhecimento apropriado de uma forma nova, baseado na ação política, comunitária e sobre problemas relativamente imediatos. Um esforço de fortalecer o poder daqueles que estão fora da composição de forças do Estado.

Os objetivos evidenciam a relação entre a pesquisa, a participação e a educação como movimentos unitários. O ato mesmo de pesquisar é encarado como extensão da ação comunitária e política sobre problemas vivenciados pelo conjunto dos membros de um grupo. Produz-se assim um corpo de conhecimento sobre a prática coletiva, cuja sistematização é apropriada no ato mesmo de produzi-la, ressaltando a dimensão pedagógica do ato de apropriação.

A pesquisa participante coloca-se como condição à realização de objetivos que se encontram fora do processo de conhecimento. Em certo sentido, ela é instrumental, meio; necessariamente, depois dela vem a ação do grupo pesquisado/pesquisador. A afirmação "conhecer a realidade para transformá-la"<sup>4</sup> em verdade permeia todas as variedades dessas pesquisas.

A variedade de objetivos da pesquisa participante relaciona-se com as conseqüências que se pretende com a ação transformadora, sejam ações bastante imediatas, sejam ações mediatas. Varia também da

intenção imediatamente educativa à ação política, da reivindicação à transformação das estruturas sociais.

Apesar dos objetivos serem claros no específico e imediato, não o são tanto nas questões mais gerais e políticas, o que, necessariamente, implicaria a explicitação do projeto social alternativo. Daí poder-se inferir que a concepção dominante, nessas pesquisas, seria corporativista. No entanto, nem sempre a dubiedade autoriza essa interpretação.

Seguindo as referências propostas por Stavenhagen, esse mesmo trabalho de Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira propõe:

"(...) trabalhar em estreita ligação com um grupo oprimido, com vistas a construir, com o grupo e a partir de dentro da situação vivida pelo grupo, um conhecimento da realidade que conduza à identificação dos meios para superar a situação de opressão"<sup>5</sup>.

A superação da "situação de opressão" implica a discussão da natureza do projeto alternativo e do conhecimento necessário à sua realização. Em geral a discussão é posta nas formas de produção (sistematização) do conhecimento popular. É considerada forma dominante a produção a partir das bases, da participação do grupo e do retorno assegurado. O resultado desse processo não é conhecido, não é antecipado, não se parte de nenhuma concepção teórica anterior, pelo menos aparentemente.

A suposição dos pesquisadores é que a população, dominando as técnicas de pesquisa, pode, no processo, gerar propostas e soluções adequadas aos seus interesses.

A título de classificação, pode-se identificar duas grandes ordens de pesquisa participante, considerando os seus objetivos: aquelas que preconizam uma ação "dentro da ordem" ou aquelas que posicionam-se "contra a ordem" (expressões de Florestan Fernandes).

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Rosiska Darcy & OLIVEIRA, M.D. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: PESQUISA participante. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 17.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Rosiska Darcy & OLIVEIRA, M. D. op. cit., p. 20-1.

Se há um bom número de pesquisas participantes que se posicionam por transformações sociais mais amplas, insinuando até a possibilidade de modificações fundamentais na estrutura social e nas relações entre as classes, a maioria das pesquisas estabelece como objetivo a modificação de situações opressivas imediatas. A situação do transporte de um bairro, problemas de saúde, o funcionamento de uma escola ou a atividade de um especialista dentro da unidade escolar, etc. são objetivos comuns na pesquisa participante.

“Vamos primeiro observar como o problema da condução vai afetar as condições de trabalho do operário, para em seguida ver como ele vai afetar os outros aspectos da sua vida<sup>6</sup>”.

Apesar do seu sentido específico, quase todas têm um objetivo mais geral, seja educar, seja consolidar ou desenvolver condições básicas de organização da população em torno de suas necessidades e possibilidades de atuação para solução de seus problemas.

Os relatórios de pesquisa permitem verificar que o esforço está dirigido para a solução dos problemas do cotidiano da população, não sendo possível verificar nenhuma ação decorrente da específica que resulte numa ação mais a longo prazo ou de ampliação da luta daquele grupo.

Pela natureza da ação decorrente, pode-se concluir que as diversas modalidades de pesquisa participante estão classificadas no tipo de ação social denominada de corporativas ou **tradeunionistas**. A sua ação é mais limitada ainda quando comparada com a ação de partidos ou organizações sindicais ou profissionais que abrangem a totalidade da classe ou categoria profissional. No caso da pesquisa participante seu universo de atuação é sempre mais restrito – um grupo populacional, uma empresa, uma instituição, no máximo um bairro ou pequeno agrupamento populacional rural.

Em geral os resultados de tais pesquisas têm validade apenas local e não são generalizáveis. Esta não é apenas uma exigência das ciências

em geral, mas também política, pois se se pretende promover qualquer mudança que não seja unicamente circunstancial e localizada, é necessário possuir um mecanismo de centralização das informações com vistas à captação da totalidade do fenômeno, suas articulações e oposições. No caso do transporte, o fenômeno está inserido na circulação das mercadorias e implica diretamente seu valor. O seu não-tratamento global resulta em uma visão abstrata dos problemas vivenciados pela população.

Em Brandão aparecem vários objetivos que sugerem uma discussão mais ampla, por exemplo: “reforçar, no meio da massa, a luta da classe trabalhadora pela sua libertação<sup>7</sup>”; “instrumento a mais no esforço do poder do povo<sup>8</sup>”; e “reescrever a História através da sua história.”<sup>9</sup>

Tais proposições colocam logo a questão da viabilidade, tendo em vista os meios utilizados. Não se pode ingenuamente imaginar que esses objetivos possam ser realizados sem uma ação política que transforme não apenas a situação local, mas a totalidade da situação, inclusive as causas mais profundas sobre as quais estão assentadas as condições de vida não apenas desse grupo, mas de todas as classes subalternas.

Há, contudo, uma vertente da pesquisa participante que, além de viável, é rica em conseqüências:

- a valorização do saber popular;
- a investigação da percepção que o povo tem de sua situação existencial;
- a desmarginalização do acesso ao saber (socialização do saber);
- propensão transformadora, a partir de baixo para cima;
- trabalhar com os componentes qualitativos da realidade;
- romper com o paradigma da pesquisa clássica da neutralidade axiológica do pesquisador;
- gerar consciência crítica através do conhecimento;

<sup>6</sup> BRANDÃO, C. R. Pesquisar participar. In: PESQUISA participante. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 67.

<sup>7</sup> BRANDÃO, C. R. op. cit., p. 138

<sup>8</sup> Idem, ibidem, p. 10.

<sup>9</sup> Idem, ibidem, p. 11.

- recompor a qualidade dialética do relacionamento entre teoria e prática;
- questionar constantemente a formação acadêmica através da prática;
- combinar investigação social, educação e ação;
- conscientizar o povo de suas próprias realidades e apoiar sua mobilização e organização;
- produzir saber através da análise coletiva;
- retornar a informação ao povo na linguagem e na forma cultural na qual foi originada;
- estabelecer o controle da pesquisa pelo povo e pelos movimentos de base;
- socializar técnicas de pesquisa;
- reconhecer a ciência como parte do cotidiano da população;
- aprender com o povo (pesquisador);
- representar benefício direto e imediato à comunidade; e
- liberar o potencial criativo e a mobilização no sentido de resolver os problemas.

A valorização do saber popular, a manipulação da informação pela própria população, a aplicação do saber sistematizado como forma de sua validação, o caráter educativo, que o processo de produção pela participação possui, indicam não apenas um esforço de criação de uma nova ciência com implicações técnicas e metodológicas novas, mas também pressupõem uma nova visão política.

Não há a menor dúvida de que essa forma de pesquisa pode gerar novas informações sobre o interesse, necessidades e potencialidades das classes subalternas. Pode ser uma forma educativa eficaz; igualmente, possui potencial mobilizador. Todavia, nada disso indica um potencial para transformação social.

### Compromisso Político

A concepção política presente nas pesquisas participantes apresenta-se de forma relativamente vaga, no sentido de que é genérica. Apresenta-se como uma opção pelos oprimidos, como um compromisso,

uma definição da ciência e do pesquisador postos a serviço da solução de problemas dessas classes. Não há uma definição prévia do conteúdo da concepção política a ser implementada. Tal concepção deverá surgir no processo, deve ser obra do próprio povo.

É freqüente aparecer certa crítica à atuação de grupos que pretendem apenas a adesão a um projeto político previamente elaborado e sem a participação ampla dessa população.

“Aqueles cujas pesquisas são de realidade social ‘pretendem estar integrados em projetos, ou seja lá o que for de promoção’, ‘mudança’, ‘desenvolvimento social’, ‘transformação de estruturas’, pouco a pouco descobrem a artimanha eticamente safada e politicamente imposta, com graus variáveis de sutileza e aparente boa-fé, que sempre houve na prática do conhecimento de cientistas e agentes sobre: comunidades, classes, categorias, áreas ou problemas sociais ‘do povo’, ‘populares’, ‘de marginalizados’, ‘indígenas’<sup>10</sup>”.

Esta crítica ao modo de produção do conhecimento é estendido praticamente a todas as tendências e não apenas à tendência dominante. A proposta de transformar o que se chama de “gentes das classes populares” em “sujeito, tanto do ato de conhecer de que tem sido objeto, quanto do trabalho de transformar o conhecimento e o mundo que os transformaram em objetos”<sup>11</sup>, tem implicações de ordem política entre as classes sociais.

Será que a mudança no modo de produção de conhecimento teria o poder de transformar o “mundo subalterno”? Brandão mesmo admite que a pesquisa participante “pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular”.<sup>12</sup> Está, portanto, implícito que ela é necessária, mas não é suficiente. Seria necessária especificamente para a elaboração de uma concepção política que expressasse seus interesses.

<sup>10</sup> BRANDÃO, C. R. op. cit. p. 10.

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p. 11.

<sup>12</sup> Idem, ibidem, p. 11.

A questão da autonomia das classes subalternas para elaborarem a sua própria concepção política e revolucionária é bastante controversa na literatura política. Implica discutir a natureza das revoluções e do processo de transformação social.

Em primeiro lugar, pode-se admitir que atualmente há um grande número de posições que recusam a concepção elitista e discriminatória segundo a qual as classes populares seriam incapazes e imaturas para sistematizar seus próprios interesses. Porém a maior dificuldade e controvérsia está no processo de mudança. Como organizar a vontade coletiva de modo a fazer prevalecer os interesses das classes subalternas? Esta questão conduz diretamente às questões de estratégias e táticas políticas. Daí que será necessário examinar a história, mesmo que de modo breve, do movimento popular, no Brasil. Isto será feito noutro artigo, com vistas a compreender qual a relação concreta da pesquisa participante com os movimentos populares. Particularmente será examinada a sua necessidade histórica.

Aqui, no entanto, pode-se antecipar algumas posições expressas por alguns pensadores dessa tendência Paulo Freire, sem ignorar sua evolução pessoal, tem posição mais recente que pode ser bastante elucidativa.

Desde o início Paulo Freire toma a educação como um problema essencialmente político, isto foi claramente analisado por Weffort no prefácio de **Educação como prática da liberdade**. Há uma radicalização após a **Pedagogia do oprimido**, apesar de manter fundamentalmente a mesma ideologia anterior, como demonstra Manfredi em sua dissertação.<sup>13</sup>

"(...) o fato de negar a 'sociedade opressora' e as formas de dominação que lhe são correspondentes não explicita, em si, qual o tipo histórico-estrutural que é possível de superação. E, portanto,

<sup>13</sup> Ver também SÁ, Nicanor Palhares. **Política educacional e populismo no Brasil**. 2. ed. Cortez, Autores Associados, 1982. (Educação Contemporânea), cuja tônica é a análise dos movimentos populares tendo como pano de fundo o populismo e o destaque para a educação de adultos.

não revela em termos objetivos a natureza da revolução que pode se desencadear e as bases sócio-econômicas que deverão dar suporte à nova estrutura de poder."<sup>14</sup>

Tal observação leva a autora a concluir sobre a posição ideológica de Paulo Freire como sendo "... idealista, liberal e não-negadora do sistema capitalista, pois afasta-se da orientação teórico-metodológica que se baseia nos pressupostos do materialismo histórico e dialético". Além de já ter dito que sua visão revolucionária assemelha-se à posição "crítico-utópica".<sup>15</sup>

Não seria esta posição responsável por inibição revolucionária? De fato o sistema de educação proposto por Paulo Freire não demonstra viabilidade antes da revolução (comparar nesse sentido Chile e Brasil). Em alguns países africanos de orientação socialista, a proposta de Paulo Freire tem sido testada. O fato de não ser adotada com o mesmo entusiasmo nos países africanos de orientação soviética permite corroborar as conclusões de Manfredi.

Contudo, mesmo nos países onde o método é adotado apresenta algumas contradições entre a visão teórica e a prática. Uma constante na concepção de Paulo Freire é considerar o homem como sujeito da mudança social. Tal concepção tem marcado profundamente o seu método de educação. A primeira implicação seria na concepção de educador, como apenas coordenador que assegurasse "ao processo educativo um caráter dialógico e ativo, que colocasse o educando desde logo numa situação vivencial de participação"<sup>16</sup>. No entanto, nas **Cartas a Guiné-Bissau** ele admite que a educação sob controle das forças armadas revolucionárias apresentava melhores resultados.

A experiência dos círculos de cultura de São Tomé e Príncipe também é típica, parece haver uma separação, às vezes sutil, outras clara, entre as

<sup>14</sup> MANFREDI, Sílvia Maria **Política e educação popular**. 2. ed. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1981. p. 103. (Educação Contemporânea).

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p. 101.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, p. 79-80.

“Conhecimento coletivo, a partir de um trabalho, que seria, de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias.”<sup>18</sup>

Tais colocações põem questões teóricas e técnicas distintas das pesquisas até agora dominantes, porque não apenas fazem exigências explicativas de outra ordem que aquelas que reforçam e reequilibram o *status quo*, como propõem um pesquisador diferente do convencional, um pesquisador coletivo ou grupal que não possui tradição de pesquisa, mas que certamente utilizará de forma não-convencional as categorias do entendimento.

Fals Borda<sup>19</sup> levanta seis princípios metodológicos da pesquisa participante: autenticidade e compromisso, antidogmatismo, restituição sistemática, *feedback* para os intelectuais orgânicos, ritmo e equilíbrio de ação-reflexão e ciência modesta e técnicas dialogais.

Em **autenticidade e compromisso** Borda denuncia o intelectual pequeno-burguês que, nas décadas de 60 e 70, tentara identificar-se com o povo, inserindo-se no processo produtivo, quando bastaria “demonstrar honestamente seu compromisso com a causa popular”, colocando conhecimento técnico ou científico a serviço daquela luta.

Pedro Demo<sup>20</sup> vê nesse princípio um outro mérito, o de que um compromisso inicial do pesquisador permite um maior controle ideológico, sem cair na falácia da objetividade e neutralidade.

A questão do **antidogmatismo** refere-se à tendência à imitação, ao transplante cultural, ao colonialismo que as elites intelectuais do terceiro mundo tendem a reproduzir. Borda defende a ação de

intelectuais ligados a organizações políticas, desde que estas sejam capazes de assimilar e respeitar os grupos de base, assegurando-lhes a autonomia necessária à defesa de seus interesses. Além disso, implica rever a rigidez ideológica, o paternalismo e o fato de que o dogmatismo é uma atitude por definição anticientífica. Este princípio sugere a necessidade de rever, também, as posturas das organizações políticas nas diversas etapas dos movimentos operário e popular no Brasil. Tal estudo poderia indicar, por exemplo, como determinadas visões do mundo estabelecidas em contextos históricos alheios ao desenvolvimento brasileiro constituíram-se em fatores inibidores e até desorganizadores desses movimentos no Brasil, na medida em que, no mínimo, impediram uma visão concreta dos interesses, das possibilidades e natureza de seu processo de desenvolvimento. Essa é uma vertente positiva da pesquisa participante, e na proporção de seu sucesso poderá trazer novas luzes sobre as classes populares. A consciência de que se conhece insuficientemente as classes populares é uma tônica dessa modalidade de pesquisa. Porém, não só dela. Cada vez mais amplas camadas de intelectuais críticos tomam consciência de que é necessário desmistificar a visão dogmática do processo de organização das classes dominadas. Essa crítica tem sido desestimulada e considerada conservadora. No entanto, é bom lembrar que a característica do movimento operário, desde sua origem, é a crítica interna como forma de promoção e autodesenvolvimento.

A **restituição sistemática** é, dos princípios, o mais fundamental, pois o retorno permite ou pressupõe a elevação do nível de consciência da população e a posse de um instrumento de luta contra a hegemonia burguesa. É também uma forma de articulação entre pesquisa, educação e controle, por parte das bases, da qualidade do material pesquisado. Para Borda, a restituição sistemática divide-se em quatro regras: a) comunicação diferencial; b) simplicidade de comunicação; c) auto-investigação e controle; e d) popularização técnica. A comunicação diferencial estabelece diferença de apresentação do relatório da pesquisa, sugere usar maior quantidade de meios para as bases. Em regra, supõe diferentes capacidades intelectuais para o domínio da linguagem escrita. Supõe uma hierarquização entre base, quadros intermediários e dirigentes ou intelectuais de forma estrita. Pela

<sup>18</sup> BRANDÃO; C. R. op. cit., p. 10.

<sup>19</sup> BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante. In: PESQUISA participante. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 46-62.

<sup>20</sup> DEMO, Pedro. Pesquisa participante: mito e realidade. Brasília, UnB/INEP, 1982. mimeo.

---

cartas de Paulo Freire e as propostas de educação e cultura popular. Enquanto estes defendem o povo contra o "agente" e não aceitam que este até sistematize, Paulo Freire engaja completamente a ação educativa ao conteúdo programático do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe. Embora a palavra geradora se coloque e a discussão se faça sobre a realidade objetiva, sobre a experiência dos alfabetizados, fica claro que o critério de verdade, ou legitimidade da ação educativa, é dado pela estruturação da nova sociedade, a partir de coisas novas a se construir e conquistar, e não sobre a cultura popular. Esta parece ser instrumental na comunicação entre educador/educando.

"Uma coisa é trabalhar no seio da FARP, com militantes forjados na luta de libertação, claros com relação ao que significa o empenho de reconstrução nacional como continuação daquela luta, e outra é trabalhar em bairros populares de Bissau, intocados, de maneira direta, pela guerra, fortemente marcados pela ideologia colonialista."

Essa admissão da superioridade das ações dos militantes sobre as dos não-militantes, na prática, não redefine a concepção de Paulo Freire sobre a concepção da relação homem e mundo? Não reduz sua visão do homem como criativo, autônomo, atributos considerados essenciais do sujeito? O que significa realmente o seu comprometimento partidário na África e seu não-comprometimento com os partidos socialistas no Brasil? A partir da revolução, a autonomia do sujeito só é legítima quando coincide com o projeto de reconstrução nacional que o Partido elaborou. Na fase anterior ou pré-revolucionária, esse compromisso partidário não se realiza; pelo contrário, o compromisso dos agentes ou pesquisadores se estabelece com uma categoria genérica denominada de "povo", "cultura popular", "oprimidos" etc., e a militância é criticada como portadora de um projeto social que não corresponde aos interesses populares.

Os textos sobre pesquisa participante apresentam citações isoladas de Marx, Mao Tsé-Tung, Gramsci e Amílcar Cabral. Em qualquer dessas ocasiões não se pode concluir algum compromisso com essas

posições. Apenas indicam ponto de contato com aspectos particulares dessa concepção. Mais ainda, no contexto geral, pode-se inferir uma tentativa de situar-se dentro da posição, nem sempre bem definida, denominada de terceira via. Nem isto, no entanto, é assumido. Assume-se, às vezes, um socialismo sem conteúdo, indefinido, sem referência concreta.

E o engajamento no partido, como o verificado na Guiné-Bissau, Tomé e Príncipe, poderia ser um indicador de transformação da concepção política em direção ao socialismo real. Seria, contudo, difícil concluir que houve progresso. Primeiro, porque os conceitos fundamentais não sofreram alteração, permanecendo certa complacência ou silêncio em relação ao sistema capitalista. Em segundo lugar, a natureza das novas relações sociais, o conteúdo da sociedade que se pretende implantar também estão ausentes. Em terceiro, a aproximação em relação ao socialismo real descaracteriza, talvez, aquilo que poderia constituir seu maior mérito – educar as classes populares para o exercício da autogestão desde a fase anterior à revolução, caso isto fosse viável.

### Metodologia

A pesquisa participante pretende inovar principalmente no método, enquanto processo de produção de conhecimento. Por isto, coloca em evidência a escolha do objeto, os procedimentos técnicos, o referencial teórico, a forma de utilização dos resultados e a legitimidade do pesquisador. A relação fundamental que se pretende transformar é a relação entre o sujeito e o objeto da pesquisa.

"Para que serve o conhecimento social que a minha ciência acumula com a participação do meu trabalho? Para quem, afinal? Para que usos e em nome de quem, de que poderes sobre mim e sobre aqueles a respeito de quem, o que eu conheço, diz alguma coisa?"<sup>17</sup>

O modo convencional de produção de conhecimento está em questão em praticamente todos os seus aspectos. Preconiza-se uma nova modalidade de conhecimento coletivo do mundo.

---

<sup>17</sup> BRANDÃO, C. R. op. cit., p. 10.



“Conhecimento coletivo, a partir de um trabalho, que seria, de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias.”<sup>18</sup>

Tais colocações põem questões teóricas e técnicas distintas das pesquisas até agora dominantes, porque não apenas fazem exigências explicativas de outra ordem que aquelas que reforçam e reequilibram o *status quo*, como propõem um pesquisador diferente do convencional, um pesquisador coletivo ou grupal que não possui tradição de pesquisa, mas que certamente utilizará de forma não-convencional as categorias do entendimento.

Fals Borda<sup>19</sup> levanta seis princípios metodológicos da pesquisa participante: autenticidade e compromisso, antidogmatismo, restituição sistemática, *feedback* para os intelectuais orgânicos, ritmo e equilíbrio de ação-reflexão e ciência modesta e técnicas dialogais.

Em **autenticidade e compromisso** Borda denuncia o intelectual pequeno-burguês que, nas décadas de 60 e 70, tentara identificar-se com o povo, inserindo-se no processo produtivo, quando bastaria “demonstrar honestamente seu compromisso com a causa popular”, colocando conhecimento técnico ou científico a serviço daquela luta.

Pedro Demo<sup>20</sup> vê nesse princípio um outro mérito, o de que um compromisso inicial do pesquisador permite um maior controle ideológico, sem cair na falácia da objetividade e neutralidade.

A questão do **antidogmatismo** refere-se à tendência à imitação, ao transplante cultural, ao colonialismo que as elites intelectuais do terceiro mundo tendem a reproduzir. Borda defende a ação de

intelectuais ligados a organizações políticas, desde que estas sejam capazes de assimilar e respeitar os grupos de base, assegurando-lhes a autonomia necessária à defesa de seus interesses. Além disso, implica rever a rigidez ideológica, o paternalismo e o fato de que o dogmatismo é uma atitude por definição anticientífica. Este princípio sugere a necessidade de rever, também, as posturas das organizações políticas nas diversas etapas dos movimentos operário e popular no Brasil. Tal estudo poderia indicar, por exemplo, como determinadas visões do mundo estabelecidas em contextos históricos alheios ao desenvolvimento brasileiro constituíram-se em fatores inibidores e até desorganizadores desses movimentos no Brasil, na medida em que, no mínimo, impediram uma visão concreta dos interesses, das possibilidades e natureza de seu processo de desenvolvimento. Essa é uma vertente positiva da pesquisa participante, e na proporção de seu sucesso poderá trazer novas luzes sobre as classes populares. A consciência de que se conhece insuficientemente as classes populares é uma tônica dessa modalidade de pesquisa. Porém, não só dela. Cada vez mais amplas camadas de intelectuais críticos tomam consciência de que é necessário desmistificar a visão dogmática do processo de organização das classes dominadas. Essa crítica tem sido desestimulada e considerada conservadora. No entanto, é bom lembrar que a característica do movimento operário, desde sua origem, é a crítica interna como forma de promoção e autodesenvolvimento.

A **restituição sistemática** é, dos princípios, o mais fundamental, pois o retorno permite ou pressupõe a elevação do nível de consciência da população e a posse de um instrumento de luta contra a hegemonia burguesa. É também uma forma de articulação entre pesquisa, educação e controle, por parte das bases, da qualidade do material pesquisado. Para Borda, a restituição sistemática divide-se em quatro regras: a) comunicação diferencial; b) simplicidade de comunicação; c) auto-investigação e controle; e d) popularização técnica. A comunicação diferencial estabelece diferença de apresentação do relatório da pesquisa, sugere usar maior quantidade de meios para as bases. Em regra, supõe diferentes capacidades intelectuais para o domínio da linguagem escrita. Supõe uma hierarquização entre base, quadros intermediários e dirigentes ou intelectuais de forma estrita. Pela

<sup>18</sup> BRANDÃO; C. R. op. cit., p. 10.

<sup>19</sup> BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante. In: PESQUISA participante. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 46-62.

<sup>20</sup> DEMO, Pedro. Pesquisa participante: mito e realidade. Brasília, UnB/INEP, 1982. mimeo.

natureza da pesquisa participante, não seria necessário superar a dicotomia entre intelectuais e não-intelectuais? Simplicidade de comunicação visa ampliar o público a ser atingido. Auto-investigação e controle, mais do que regra, parece ser um princípio da pesquisa participante, pois na medida em que a população participa, ela mesma estabelece a qualidade, a finalidade e as prioridades, além de exercitar o controle sobre eventuais desvios ideológicos (interesses de classe veiculados eventualmente pelos intelectuais ou pesquisadores). A popularização técnica admite a generalidade das técnicas de pesquisa (portanto, sua independência em relação ao sistema teórico, metodológico e ideológico). Este é um ponto mais polêmico, como se pode constatar no texto de Paulo Freire que preconiza a necessidade de criação de método alternativo de pesquisa e, explicitamente, denuncia a neutralidade da tecnologia. Não seriam afinal, as **técnicas de pesquisa** aspectos particulares da tecnologia?<sup>21</sup>

Como *feedback* para os intelectuais orgânicos, através de expressões heterodoxas como *feedback* dialético, Fals Borda aponta para o fato de que os procedimentos pedagógicos e políticos da pesquisa participante são úteis na realimentação dos intelectuais orgânicos (usado segundo Gramsci) das classes populares.

No **princípio do ritmo e equilíbrio de ação-reflexão**, atribui ao pesquisador a tarefa de articular teoria e prática, o particular e o geral. Na prática, considera o pesquisador como dirigente, no mesmo sentido de Gramsci, quando trata do intelectual orgânico das classes subalternas. Enfatiza o seu papel na sistematização e articulação desse conhecimento particular com uma reflexão mais geral, ordenada e totalizadora. Nem todas as tendências da pesquisa participante parecem assumir esse papel saliente do pesquisador, pois parece que setores significativos ligados à Igreja encaram o pesquisador como mero assessor e todas as etapas são realizadas pela população, não

<sup>21</sup> Ver, por exemplo, GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização de cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, que afirma serem os instrumentos intelectuais representações tecnológicas.

apresentando uma divisão tão nítida de trabalho na execução das etapas da pesquisa.

Em a **ciência modesta e técnicas dialogais**, Borda defende, como costuma acontecer na maioria das pesquisas participantes, o uso de recursos locais por mais modestos que sejam, a compreensão da sintaxe cultural distinta do padrão oficial, o rompimento com a assimetria entrevistador/entrevistado e a incorporação de elementos das bases no trabalho de pesquisa como condições para a produção de "ciência popular". Neste caso, como na compreensão da cultura popular, as "técnicas dialogais" são indispensáveis. Certamente há algo de pedagógico e politicamente importante na expressão "técnicas dialogais" para o tratamento qualitativo das questões populares. É justamente por essa via que se pretende superar a mudança quantitativa das Ciências Sociais. Finalmente, é inevitável discutir mais amplamente a questão da "ciência modesta", particularmente a posição que se segue:

"(...) a modéstia no manuseio do aparelho científico e nas concepções técnicas é a principal maneira de se realizar as tarefas necessárias do nível atual de desenvolvimento na maioria dos locais. Isto não significa que, devido a sua modéstia, este tipo de esforço científico seja de segunda classe ou de que lhe falte ambição."<sup>22</sup>

Há que se admitir que essa é uma contradição fundamental das pesquisas participantes, pois se por um lado pretendem eliminar ou diminuir a importância da mediação do pesquisador, transformando o pesquisado em pesquisador, em sujeito e não apenas em objeto de pesquisa, por outro, há as barreiras da sofisticação técnica, metodológica e teórica das ciências só acessíveis aos iniciados. A simplificação desses procedimentos torna-os acessíveis à maioria, porém reduz e conduz a visões parciais e abstratas do real. Assim, a figura do pesquisador não desaparece, é redefinida, cria-se uma espécie de divisão de trabalho dentro do processo de pesquisa. Poder-se-ia

<sup>22</sup> BORDA, Orlando Fals. op. cit., p. 55

---

argumentar que, mesmo nesse caso, haveria vantagens para a população, pois ela ainda controla, na pesquisa participante, o processo global. Isto seria verdadeiro apenas para o relatório que retorna à população e não para aqueles demais níveis destinados a outros usuários e de maior complexidade.

### Caráter Pedagógico

As pesquisas participantes trabalham predominantemente com adultos, apesar de ser cada vez mais comum experiências com creches, pré-escolas e escolas regulares de 1º e 2º graus. Em qualquer caso, o caráter educativo manifesta-se na ação e participação dos adultos na solução de seus problemas comuns. O caráter educativo da pesquisa participante não ocorre apenas quando a ação é especificamente escolar, mas pela forma e conteúdo da participação na ação comunitária, na política, no processo de produção de conhecimento alternativo.

A apreensão do especificamente pedagógico na pesquisa participante há que ser abstraído das atividades cujo centro de atenção não é exclusivamente educacional, embora a educação seja objetivo permanente dessa modalidade de ação.

Se o objetivo imediato é melhorar os serviços de saúde, transportes, o mediato é a educação nos procedimentos e formas de organização para solução de problemas comuns. Se a educação é o objetivo imediato, ainda assim haveria objetivos educacionais mediatos que se distinguiriam da mera aquisição de conhecimentos determinados. As habilidades pretendidas nesse tipo de educação são distintas daquelas pretendidas pela escola convencional. Trata-se de habilidades especificamente políticas. Dir-se-ia que tais atributos já eram próprios da escola da Antiguidade Clássica que pretendia a preparação do dirigente político. É verdade, porém, que a natureza do novo dirigente é outra. Naquela época, o conteúdo educativo correspondia à base sócio-econômica de uma sociedade escravista, de dominação aristocrática, e o ideal do homem político era realizado na medida em que fosse capaz de exercer aquela dominação.

O novo princípio educativo está fundado em conteúdos democráticos. O homem educado atual deve necessariamente ser capaz de criar um novo estado de caráter nacional, democrático e popular, onde a própria idéia de dirigente político tende a desaparecer, na medida em que a coisa pública passe à gestão coletiva.

A escola, nesse contexto, será apenas um ritual necessário de iniciação na *societas rerum*, na vida estatal e sociedade civil, na expressão de Gramsci<sup>23</sup>, enquanto se mantiver separada da vida prática. Por isso, a educação moderna só pode ser realizada cabalmente na prática política e no mundo do trabalho. Este estabelece os limites objetivos da consciência individual e coletiva possível, enquanto que a prática política viabiliza essas potencialidades.

Uma educação ativa necessariamente implica outra concepção de homem e sociedade. Isto nem sempre está presente nas atuais propostas educacionais. No conjunto dos textos consultados sobre pesquisa participante, freqüentemente se encontra colocações contraditórias nesse sentido. Muito mais explícitos são os meios para a realização de uma educação ativa e transformadora, no caso da pesquisa participante.

“Em nosso trabalho no terreno da educação de ‘adultos’, partimos sempre da premissa de que a pesquisa da realidade, a capacitação de quadros e a aquisição de conhecimento são dimensões inseparáveis e interligadas de um mesmo itinerário político-pedagógico. Pensamos que a finalidade de qualquer ação educativa deve ser a produção de novos conhecimentos, que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos. Por isto mesmo, o estudo da realidade vivida pelo grupo e de sua percepção desta mesma realidade constituem o ponto de partida e a matéria-prima do processo educativo.”<sup>24</sup>

---

23 GRAMSCI, Antonio. op. cit.

24 OLIVEIRA, Rosiska Darcy & OLIVEIRA, M. D. op. cit., p. 19.

---

Qualquer que seja a modalidade de ação ou problema que se pretenda conhecer ou atuar sempre terá um resultado político. Contudo, antes disso precisa ser educativo sempre que se concebe a solução como obra coletiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas participantes têm o mérito de denunciar a parcialidade das pesquisas positivas e são provocativas em relação ao caráter dogmático dos ditos centralismos democráticos. Põem em dúvida muito do que era considerado verdade insofismável. As questões centrais são de ordem metodológica, política e pedagógica (socialização do saber).

Foram capazes de levantar alguns problemas fundamentais que afetam as camadas populares. A ausência de um projeto político explícito parece dificultar o avanço da proposta. A forma dúbia e contraditória de tratar a questão da organização popular faz com que essas pesquisas ora se aproximem de tendências anarquistas ou espontaneístas, ultra-esquerdistas ou simplesmente corporativistas, ora, possivelmente com mais frequência, de posições centristas identificadas com o que se tem denominado de "terceira via".

Em síntese, a pesquisa participante, no ponto em que se encontra, tem na contradição, quer metodológica quer política, seu aspecto mais saliente. Por isso, faz-se necessário avançar a crítica metodológica e político-ideológica, visando estabelecer sua organicidade e sua necessidade histórica à luz do desenvolvimento dos movimentos populares, a fim de deixar mais evidente sua eventual contribuição para a transformação da consciência do sujeito histórico em questão.